

Questão Discursiva 01509

Jean, pessoa com deficiência e em situação de rua, e sua companheira Simone, que costumam dormir numa praça no centro da Cidade, são conduzidos compulsoriamente pela guarda municipal a distante abrigo público. O Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos da Defensoria Pública, durante vistoria mensal nesse abrigo, trava contato com Jean, que narra ter sido obrigado pelos agentes públicos a deixar o local onde usualmente repousava e manifesta o anseio de retornar à praça e ali permanecer. Jean informa ainda que não conheceu seus pais e nunca foi registrado, mas gostaria de ter uma certidão de nascimento em que constasse seu nome como Jean Santana e um nome de mãe, se possível, Maria das Dores Santana. Esclareceu, por fim, que gostaria de requerer o recebimento do benefício de prestação continuada, mas lhe informaram que seria negado, pois ele não preenche o critério de miserabilidade legal, uma vez que Simone já recebe o referido benefício assistencial e, por isso, a renda familiar mensal per capita supera o critério objetivo legal de $\frac{1}{4}$ do salário-mínimo.

Indique, de modo fundamentado, quais as orientações a serem prestadas a Jean e quais as medidas que podem ser adotadas (dispensada a elaboração de peça).

Resposta #003643

Por: **Sniper** 7 de Dezembro de 2017 às 12:36

A primeira orientação a ser dada a Jean é se dirigir ao INSS e requerer o benefício assistencial de prestação continuada. Todavia, caso já haja certeza da negativa por parte do INSS, ele já poderá ingressar, inicialmente, com ação na Justiça Federal. Por ventura, caso, o INSS em contestação alegue que ele não cumpriu o requisito de miserabilidade, posteriormente poderá alegar na Réplica que segundo o STJ a aferição de hipossuficiência poderá ser feita por outros meios diferentes que não apenas a comprovação de renda per capita inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo.

- **STJ: RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ART. 105, III, ALÍNEA C DA CF. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. POSSIBILIDADE DE DEMONSTRAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MISERABILIDADE DO BENEFICIÁRIO POR OUTROS MEIOS DE PROVA, QUANDO A RENDA PER CAPITA DO NÚCLEO FAMILIAR FOR SUPERIOR A $\frac{1}{4}$ DO SALÁRIO MÍNIMO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.**